



CASA DA PROVIDÊNCIA

CNPJ: 00.142.555/0001-78

Telefones: (19) 3875-7097 • 3894-1359

Avenida Conceição, nº 1.728 – Vila Maria - Indaiatuba/SP.

ESTATUTO SOCIAL

Art. 1º Sob a denominação de CASA DA PROVIDÊNCIA, fundada em 22 de março de 1994, nesta cidade de Indaiatuba/SP, com sede na Avenida Conceição, nº 1.728, Vila Maria, é constituída uma sociedade civil de direito privado, filantrópica, para fins não econômicos e ou políticos, que presta serviços nas áreas de assistência social e educação.

§ 1º A visão da Casa da Providência é de que a família é a base da sociedade, portanto, acolherá seus membros em suas necessidades básicas e, através de projetos preventivos, possibilitará o desenvolvimento pessoal tornando-as participativas e atuantes na sociedade;

§ 2º A sua missão é de acompanhar as famílias através de projetos socioeducativos e assistenciais que visam acolher, proteger, educar, socializar, trabalhando situações de vulnerabilidade e riscos sociais e inserindo-as na comunidade com qualidade de vida.

Art. 2º A Instituição tem por objetivo oferecer:

- a. Creche para crianças de 04 meses a 03 anos e 11 meses em período integral, inscrita no CNPJ nº 00.142.555/0004-10 localizada na Rua Tamoio, nº 726, Jardim Camargo Andrade, Indaiatuba/SP;
- b. Creche para crianças a partir de 4 meses a 3 anos e 11 meses em período integral, inscrita no CNPJ nº 00.142.555/0007-63, localizada na Rua Luiza da Rocha Ribeiro, nº 429, Jardim Morumbi, Indaiatuba/SP;
- c. Creche para crianças a partir de 4 meses a 3 anos e 11 meses em período integral, inscrita no CNPJ nº 00.142.555/0009-25, localizada na Rua Jorge da Cruz Pereira nº 38 - Núcleo Res. Carlos Aldrovandi, Indaiatuba/SP;
- d. Unidade de assistência social denominada "Centro Social Francisco de Paula Cabral Vasconcellos", para atender crianças de 4 a 15 anos de idade, de ambos os sexos, pertencentes aos bairros Camargo Andrade e adjacentes, inscrita no CNPJ nº 00.142.555/0010-69, localizada na Rua Aimoré, nº 290, Jardim Guanabara, Indaiatuba/ SP.
- e. Creche para crianças a partir de 4 meses a 3 anos e 11 meses em período integral, inscrita no CNPJ nº 00.142.555/0012-20 localizada na Rua Jorge Alves Brown nº 162 - Jardim Bela Vista, Indaiatuba/SP;
- f. Creche para crianças a partir de 4 meses a 3 anos e 11 meses em período integral, localizada na Rua Nove de Julho nº 154 - Centro, Indaiatuba/SP;

Art. 3º No desenvolvimento de suas atividades, a Casa da Providência promoverá o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação prestando serviços gratuitos, socioeducativos que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o direito de brincar, a proteção, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças.



CASA DA PROVIDÊNCIA

CNPJ: 00.142.555/0001-78

Telefones: (19) 3875-7097 • 3894-1359

Avenida Conceição, nº 1.728 – Vila Maria - Indaiatuba/SP.

Art. 4º A Casa da Providência terá um Regimento Interno que, aprovado pelo Conselho Fiscal, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 5º Para consecução de seus fins, a CASA DA PROVIDÊNCIA se propõe a:

- a. Promover campanhas financeiras de âmbito municipal, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento;
- b. Incentivar a participação da comunidade e instituições públicas e privadas nas ações e programas voltados ao atendimento da criança;
- c. Promover parcerias com os diversos setores de atividades, oportunizando a habilitação e a colocação de jovens no mercado de trabalho, observada a legislação em vigor;
- d. Conveniar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como solicitar e receber auxílios de órgãos públicos ou privados e as contribuições dos associados;
- e. Firmar convênios com entidades análogas, órgãos públicos e privados, para concepção, desenvolvimento, pesquisa, produção e venda de produtos e serviços destinados ao atendimento da criança e do adolescente;
- f. Promover meios para o desenvolvimento de projetos socioeducativos, atividades culturais, cursos e oficinas de capacitação para geração de renda;
- g. a fim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno aludido no Artigo 4º.

Dos Associados

Art. 6º Serão admitidos como associados todas as pessoas físicas no gozo de seus direitos civis.

Parágrafo Único - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais da CASA DA PROVIDÊNCIA.

Art. 7º O quadro social da CASA DA PROVIDÊNCIA é constituído pelas seguintes categorias de associados:

- a) *Contribuintes* são as pessoas físicas que colaboram com a CASA DA PROVIDÊNCIA por contribuição mensal, semestral ou anual em dinheiro;
- b) *Beneméritos*, de acordo com o fixado pela Diretoria Executiva da CASA DA PROVIDÊNCIA, são as pessoas que contribuem com donativos, doações ou prestam relevantes serviços à CASA DA PROVIDÊNCIA.

Dos Direitos dos Associados

Art. 8º São direitos assegurados aos Associados:

- a) Participar das Assembleias Gerais, discutir, votar e ser votado para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- b) Propor candidatos à eleição de membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da CASA DA PROVIDÊNCIA;
- c) Requerer convocação de Assembleia Geral Extraordinária, justificando convenientemente o pedido;
- d) Participar das Assembleias Gerais, discutir votar e aprovar os assuntos apresentados;



CASA DA PROVIDÊNCIA

CNPJ: 00.142.555/0001-78

Telefones: (19) 3875-7097 • 3894-1359

Avenida Conceição, nº 1.728 – Vila Maria - Indaiatuba/SP.

- e) Participar das reuniões da Diretoria Executiva da CASA DA PROVIDÊNCIA, usando da palavra, mas sem direito a voto;
- f) Apresentar à CASA DA PROVIDÊNCIA ideias e sugestões, temas para discussão, teses e assuntos de interesse comum;
- g) Participar de todos os eventos organizados pela CASA DA PROVIDÊNCIA.

Parágrafo Único - Os associados, quando funcionários da CASA DA PROVIDÊNCIA, cedidos ou com vínculo indireto, não poderão votar nem serem votados, nem convocar Assembleia Geral Extraordinária.

Das Obrigações dos Associados

Art. 9º São obrigações dos associados da CASA DA PROVIDÊNCIA:

- a) Manter padrão de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito da CASA DA PROVIDÊNCIA;
- b) Pagar as contribuições, exceto os sócios considerados beneméritos, de acordo com o fixado pela Diretoria Executiva da CASA DA PROVIDÊNCIA e prestar todas as informações por ela solicitadas;
- c) Aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pela Diretoria Executiva da CASA DA PROVIDÊNCIA;
- d) Cumprir, acatar e respeitar as disposições estatutárias, as do Regimento Interno, bem como as decisões da Assembleia Geral e dos órgãos dirigentes da CASA DA PROVIDÊNCIA.

Art. 10º A CASA DA PROVIDÊNCIA poderá conceder o título honorífico de Associado Benemérito.

§1º São Sócios Beneméritos quem tenha contribuído de maneira apreciável para o progresso da CASA DA PROVIDÊNCIA, com donativos, doações ou prestação de serviços relevantes.

§2º A concessão de título honorífico será deliberada em votação secreta, no mínimo, por dois terços da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da CASA DA PROVIDÊNCIA.

§3º A concessão de título honorífico não cria obrigação para o agraciado em relação à CASA DA PROVIDÊNCIA.

Da Organização e Funcionamento da CASA DA PROVIDÊNCIA

Art.11º São órgãos da CASA DA PROVIDÊNCIA:

- 1 – Assembleia Geral;
- 2 - Conselho Fiscal;
- 3 - Diretoria Executiva;

§1º Os membros do Conselho Fiscal e os da Diretoria Executiva deverão ser associados da CASA DA PROVIDÊNCIA;

§2º Não poderão ser remunerados no exercício das funções de membros dos órgãos indicados neste artigo, a qualquer título, sendo vedada a distribuição de lucros, bonificações, ou de quaisquer outras vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, aos seus diretores, conselheiros, sócios ou equivalentes, sob qualquer denominação, forma ou pretexto.



CASA DA PROVIDÊNCIA

CNPJ: 00.142.555/0001-78

Telefones: (19) 3875-7097 • 3894-1359

Avenida Conceição, nº 1.728 – Vila Maria - Indaiatuba/SP.

Da Assembleia Geral

Art.12º A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, será constituída pelos associados contribuintes e beneméritos da CASA DA PROVIDÊNCIA que a ela comparecerem.

Art.13º A convocação da Assembleia Geral far-se-á uma única vez por meio de publicação na imprensa do município da CASA DA PROVIDÊNCIA, com antecedência de, no mínimo, 03 (três) dias ou editais afixados nos principais lugares públicos do município, com a mesma antecedência.

§1º No edital de convocação da Assembleia Geral deverá constar a data, horário, local e a respectiva ordem do dia.

§2º A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos sócios, aptos a votar, e, em segunda, com qualquer número, não sendo inferior a um terço, meia hora depois, devendo ambas constar dos editais de convocação, nos termos do artigo 59 do Código Civil.

Art.14º À Assembleia Geral, órgão soberano da CASA DA PROVIDÊNCIA, compete:

- a) Reformar o Estatuto;
- b) Resolver sobre a fusão, transformação e dissolução da CASA DA PROVIDÊNCIA;
- c) Eleger os membros da Diretoria Executiva;
- d) Destituir o Presidente;
- e) Aprovar as contas da Diretoria Executiva;
- f) Verificar a qualificação e proclamar os membros do Conselho Fiscal, na forma estabelecida neste Estatuto.

Parágrafo Único - As Assembleias Gerais realizar-se-ão na sede da CASA DA PROVIDÊNCIA.

Art.15º A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á de dois em dois anos, nos anos ímpares, para os fins determinados nas alíneas "c" e "e" do artigo 14, de acordo que o término do mandato coincida no término do ano fiscal.

Art.16º A Assembleia Geral Extraordinária será convocada para os objetivos indicados nas alíneas "a", "c" e "d" do artigo 14 ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, sempre que julgar conveniente, ou quando houver requerimento assinado por, no mínimo, um quinto dos associados.

Do Conselho Fiscal

Art.17º O Conselho Fiscal, indicado pela Assembleia Geral, dentre associados contribuintes ou beneméritos, compõem-se de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, permitindo-se a recondução.

§1º Compete ao Conselho Fiscal reunir-se no mínimo duas vezes por ano, examinar e dar parecer sobre as



CASA DA PROVIDÊNCIA

CNPJ: 00.142.555/0001-78

Telefones: (19) 3875-7097 • 3894-1359

Avenida Conceição, nº 1.728 – Vila Maria - Indaiatuba/SP.

contas da Diretoria Executiva da CASA DA PROVIDÊNCIA.

§2º O exame das contas deverá ser repetido em caso de vaga do Tesoureiro, hipótese em que as contas serão submetidas à aprovação do Conselho Fiscal.

§3º O Conselho Fiscal poderá utilizar-se do assessoramento de um Auditor, de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, se assim necessitar.

Art.18º O Conselho Fiscal reunir-se-á mensalmente com a Diretoria Executiva, na terceira terça feira do mês, com a presença de seus membros titulares, convocando-se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento do respectivo titular.

Da Diretoria Executiva

Art.19º A Diretoria Executiva da CASA DA PROVIDÊNCIA será composta de, no mínimo:

- 1 – Presidente;
- 2 – Vice-Presidente;
- 3 – Primeiro e Segundo Secretários;
- 4 – Primeiro e Segundo Tesoueiros;

§1º A Diretoria Executiva será eleita em Assembleia Geral Ordinária, a cada 02 (dois) anos, convocada especialmente para este fim.

§2º O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 2 (dois) anos, podendo, excepcionalmente, prorrogar-se até a posse de seus sucessores.

Art. 20º A Diretoria Executiva se reunirá mensalmente, na terceira terça feira de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, sendo necessária a presença de, pelo menos, cinco de seus membros, para as deliberações.

§1º As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 2º O Presidente terá, além do seu, o voto de qualidade nos casos de empate.

Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 21º – Compete à Diretoria Executiva:

- a. Promover a realização dos fins da CASA DA PROVIDÊNCIA;
- b. Elaborar o Regimento Interno da CASA DA PROVIDÊNCIA, submetê-lo à aprovação do Conselho Fiscal;
- c. Submeter suas contas ao exame do Conselho Fiscal, encaminhando-as posteriormente à Assembleia Geral;
- d. Supervisionar a execução dos trabalhos com fins sociais;
- e. Criar e prover cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos;
- f. Promover campanhas de levantamento de fundos, aprovadas pelo Conselho Fiscal;
- g. Convocar a Assembleia Geral;
- h. Adquirir bens imóveis, observado o disposto no Parágrafo 3º deste artigo;



CASA DA PROVIDÊNCIA

CNPJ: 00.142.555/0001-78

Telefones: (19) 3875-7097 • 3894-1359

Avenida Conceição, nº 1.728 – Vila Maria - Indaiatuba/SP.

- i. Receber doações com encargos e fazer doações, sempre com encargos, após ouvido o Conselho Fiscal;
- j. Elaborar até 30 (trinta) dias antes do término do seu mandato, uma chapa em que conste essencialmente o nome do candidato à Presidência, garantindo-se a este, consultar nomes de companheiros que tenham disponibilidade para concorrer, na Assembleia Geral Ordinária, aos demais cargos da Diretoria Executiva;
- k. Alienar bens imóveis, observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo;
- l. Nomear diretores adjuntos para a administração das unidades de atendimento.

§ 1º A Diretoria Executiva, somente poderá fazer doações, após ouvido o Conselho Fiscal, e sempre com encargos;

§ 2º A aquisição ou alienação de bens de que trata a alínea "k", deste artigo, somente será permitida se aprovada por decisão de, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho Fiscal.

§ 3º O descumprimento dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 21, implica na declaração de vacância da Diretoria Executiva pelo Conselho Fiscal.

Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva

Art. 22º – Compete ao Presidente:

- a) Coordenar as atividades da Diretoria Executiva e presidir as reuniões, exercendo o voto de desempate e participar das reuniões do Conselho Fiscal;
- b) Convocar a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva para as respectivas reuniões;
- c) Representar a CASA DA PROVIDÊNCIA, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante as entidades de direito público e privado, com as quais se relacionar;
- d) Apresentar ao Conselho Fiscal o relatório anual da Diretoria sobre as atividades da CASA DA PROVIDÊNCIA, ao fim de cada ano e, ao término do mandato, à Assembleia Geral;
- e) Dirigir a CASA DA PROVIDÊNCIA, ressalvada a competência do Conselho Fiscal, atendendo à perfeita consecução de seus fins, podendo delegar, parcialmente, suas atribuições;
- f) Assinar cheques e/ou ordens de pagamento e adquirir limites de crédito e capitais de giro, conjuntamente com o 1º Tesoureiro ou com o seu substituto estatutário, no exercício do cargo;
- g) Instalar, prover e supervisionar assessorias e coordenadorias que julgar necessárias, constituindo um colegiado com concepções, diretrizes e ações unificadas;
- h) Zelar pelo conhecimento, utilização e aplicação dos regulamentos, Regimentos e Instituições em vigência, pelos Diretores, Funcionários, técnicos e voluntários;
- i) Cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Estatuto, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da CASA DA PROVIDÊNCIA.

Parágrafo Único - O Presidente será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

Art. 23º - Compete ao Vice- Presidente:

- a) Substituir o presidente em suas licenças e impedimentos;
- b) Exercer funções e atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

§ 1º - Em caso de renúncia, destituição ou morte do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência até o fim do mandato.



CASA DA PROVIDÊNCIA

CNPJ: 00.142.555/0001-78

Telefones: (19) 3875-7097 • 3894-1359

Avenida Conceição, nº 1.728 – Vila Maria - Indaiatuba/SP.

Art. 24º - Compete ao Primeiro Secretário:

- a) Secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e as do Conselho Fiscal, redigindo suas atas em livro próprio;
- b) Superintender o funcionamento de todos os serviços de secretaria e dos demais serviços gerais;
- c) Exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Parágrafo Único - Compete ao Segundo Secretário:

- a. Substituir o 1º Secretário nas suas faltas, licenças e impedimentos;
- b. Exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 25º - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- a. Elaborar a previsão orçamentária, semestralmente, e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;
- b. Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores da CASA DA PROVIDÊNCIA;
- c. Assinar cheques e/ou ordens de pagamento e adquirir limites de crédito e capitais de giro, conjuntamente com o Presidente, ou com seu substituto estatutário;
- d. Promover e dirigir a arrecadação da receita social, depositá-la e aplicá-la de acordo com decisão da Diretoria Executiva;
- e. Fazer pagamentos nos limites ou pela forma estabelecida por decisão da Diretoria Executiva;
- f. Manter em dia a escrituração da receita e da despesa da CASA DA PROVIDÊNCIA, e contabilizá-la sob a responsabilidade de um contador habilitado;
- g. Apresentar à Diretoria Executiva os balancetes mensais, o relatório anual sobre a situação financeira e a prestação de contas, que deverão ser encaminhados ao Conselho Fiscal para exame e parecer, fornecendo a esses órgãos as informações complementares que lhe forem solicitadas.

Parágrafo Único - Compete ao Segundo Tesoureiro:

- a) Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas, licenças e impedimentos;
- b) Exercer as atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Das Receitas e do Patrimônio

Art.26º As receitas serão constituídas pelas contribuições de sócios e de terceiros, bem como por legados, subvenções, doações e quaisquer outros proventos e auxílios recebidos; e o patrimônio, pelos bens que a CASA DA PROVIDÊNCIA possui e vier adquirir.

§ 1º As receitas, rendas, recursos, rendimentos, o eventual resultado operacional e o patrimônio social serão aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, as subvenções e doações serão aplicadas nas finalidades a que estejam vinculadas, prestando serviços, diretamente, aos segmentos carentes da população, na área da assistência e desenvolvimento social, sendo em caso de dissolução ou extinção da CASA DA PROVIDÊNCIA, conforme decisão da respectiva Assembleia Geral destinará o eventual patrimônio remanescente a entidades congêneres, dotadas de personalidades jurídicas com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no Município de origem, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou uma entidade pública.

§ 2º A Associação não constitui patrimônio exclusivo de indivíduo, famílias, entidades de classe ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social.



CASA DA PROVIDÊNCIA

CNPJ: 00.142.555/0001-78

Telefones: (19) 3875-7097 • 3894-1359

Avenida Conceição, nº 1.728 – Vila Maria - Indaiatuba/SP.

§ 3º Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do patrimônio, sob nenhuma forma.

Das Eleições

Art. 27º - De dois em dois anos, serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

Art. 28º - A eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal dar-se-á por tantas chapas quantas as que tiverem se inscrito para tal na Secretaria da CASA DA PROVIDÊNCIA, com prazo de 20 dias úteis contados a partir da publicação do edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária, indicando os nomes e o cargo respectivo na Diretoria Executiva e no Conselho Fiscal.

§ 1º A Diretoria apresentará obrigatoriamente uma chapa nos termos do disposto na alínea "j" do artigo 21.

§ 2º Somente poderão integrar as chapas os concorrentes associados da CASA DA PROVIDÊNCIA há mais de três anos.

§ 3º É vedada a participação de membro do Conselho Fiscal na Diretoria Executiva da CASA DA PROVIDÊNCIA.

§ 4º É vedada a participação de funcionários da CASA DA PROVIDÊNCIA ou cedidos, ou os que mantenham vínculo indireto na Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Art. 29º - A eleição será realizada, de dois em dois anos, na segunda quinzena de outubro dos anos ímpares, e a posse dos membros eleitos ocorrerá no dia primeiro do ano par subsequente.

Parágrafo Único – Na impossibilidade do exercício do cargo por qualquer membro eleito, poderá ser convocada Assembleia Geral Extraordinária para a escolha de seu substituto que exercerá o mandato pelo período remanescente.

Disposições Gerais

Art. 30º – A CASA DA PROVIDÊNCIA manterá escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Art. 31º - Toda proposta para alteração do presente Estatuto só poderá ser apresentada em Assembleia Geral Extraordinária convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, na forma do artigo 16.

Art. 32º - A extinção, fusão ou transformação da CASA DA PROVIDÊNCIA somente poderá ser determinada por deliberação de 2 (duas) Assembleias Extraordinárias sucessivas, realizadas com intervalo de 90 (noventa) dias, que só se instalarão com a presença de, no mínimo dois terços dos sócios em dia com as obrigações sociais.



CASA DA PROVIDÊNCIA

CNPJ: 00.142.555/0001-78

Telefones: (19) 3875-7097 • 3894-1359

Avenida Conceição, nº 1.728 – Vila Maria - Indaiatuba/SP.

Art. 33º - Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela reunião conjunta da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, com força estatutária no que não colidir com este Estatuto, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil.

Art. 34º - O presente Estatuto entrará em vigor a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária, e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a divulgação.

Indaiatuba, 13 de agosto de 2024

Edilene

Edilene Cristina Wolf
Presidente

Maria do Carmo

Maria do Carmo Saggion Beriam Arturzzo
Secretária

Indira B. Marques

Indira Bandeira Duarte Marques
Advogada – OAB/SP 253.080

1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Indaiatuba
R. das Primaveraes, 1050 - Loja 31 - Parque Mall - Jardim Pompéia - Cep 13201-110 - Indaiatuba - SP
Fone: (19) 3085-8833 - fax: (19) 3085-8847 - Marcio Pires de M... - Tabal...

Reconheço por semelhança SEM VALOR a Firma de:
[FtvT3Lp1]-EDILENE CRISTINA WOLF

Indaiatuba, 03 de Setembro de 2024
R. 8, 37 - Em Test... da Verdade
PATRICIA COELHO DA CRUZ - ESCRIVENTE

0401AA0581591 - VAL. SOMENTE C/SELO DE AUTENTICIDADE
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FURTO



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE INDAIATUBA

Oficial Titular: Tatiana Galardo Amorim Dutra Scorzato

Rua das Primaveras, 1050 - Shopping Parque Mall Loja 42 - Jardim Pompéia
Tel.: (19) 3834-3710 - Email: centralirtdpj@cartorioindaiatuba.com.br - Site:
www.cartorioindaiatuba.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA EM RELAÇÃO A TERCEIROS

Nº 39.399 de 07/01/2025

Certifico e dou fé que o documento eletrônico anexo, contendo **19 (dezenove) páginas**, foi apresentado em 11/12/2024, o qual foi protocolado sob nº 24.707, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **39.399** no Livro A deste OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE INDAIATUBA na presente data.

Apresentante
JOSE GALDINO NOBREGA

Natureza
Estatuto Social

Denominação da PJ: CASA DA PROVIDÊNCIA
ESTATUTO - PROCESSO Nº 1116

Indaiatuba - SP, 07 de janeiro de 2025

Assinado eletronicamente

LINCOLN AUGUSTO DA CRUZ
Escrevente Autorizado(a)

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 219,94	R\$ 62,45	R\$ 42,77	R\$ 11,58	R\$ 15,10
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 10,58	R\$ 10,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 373,41



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
rtdbrasil.org.br/certidaoregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

39.399



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital

1201704TIEJ000022273JR251